

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 7- Número 0413 - 23/06 à 27/06/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do Novo Caged/MTE*

Destaque da Semana

[CTPP aprova novas regras de segurança no trabalho em altura e avança em propostas para mineração e calor](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/06/2025

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), instância tripartite responsável por discutir a atualização e revisão de temas relacionados à segurança e saúde no trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs), realizou sua 25ª reunião nesta quarta e quinta-feira (24 e 25), em Brasília.

Durante o encontro, foi aprovado o novo Anexo III da NR-35 (Trabalho em Altura), que define os requisitos e medidas de prevenção para o uso de escadas (Anexo de Escadas). Também foram debatidas propostas para a harmonização da NR-22, que trata da Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, com foco na proteção contra a exposição ao calor em atividades subterrâneas, em alinhamento com o Anexo III da NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos).

A CTPP aprovou por consenso a proposta de alteração de 76 itens debatidos pela Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR-22. Também foi deliberada a criação de um novo Anexo sobre Poeiras Minerais, que será incorporado ao texto da própria NR-22. Eletrônico.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Banco afasta pagamento de horas extras com registros de entrada e saída na catraca](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/06/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um contador do Banco BTG Pactual S.A. contra decisão que admitiu o registro de suas passagens na catraca para fins de prova de seu horário de serviço. De acordo com o colegiado, apesar de o banco não ter apresentado os cartões de ponto, o registro dos horários de entrada e saída por meio das catracas serviu para contestar a jornada alegada pelo profissional na reclamação trabalhista.

[Cartões de ponto com variações mínimas e repetitivas são considerados inválidos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2025

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou, por maioria, examinar um recurso da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) contra o pagamento de horas extras a um eletricista. Os registros de ponto apresentados pela empresa, que apresentavam variações mínimas e repetitivas nas marcações de horário, foram considerados inválidos. Com isso, a jornada declarada pelo próprio trabalhador foi aceita como verdadeira.

[Mantida condenação de banco por etarismo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Banco Bradesco S.A. contra condenação por dano moral coletivo em razão de práticas discriminatórias em razão da idade. O banco deverá pagar R\$ 100 mil de indenização, a serem revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou a outra entidade sem fins lucrativos a ser indicada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação.

[Loja de calçados indenizará vendedora que transportava valores dentro de shopping](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/06/2025

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Paquetá Calçados Ltda. ao pagamento de indenização a uma empregada que transportava valores no interior de um shopping de Porto Alegre (RS). Para a maioria do colegiado, a atividade envolve risco passível de reparação, independentemente do ramo econômico da empresa.

[CNDT: saiba como emitir a certidão que comprova a regularidade trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/06/2025

A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprova a inexistência de dívidas decorrentes de processos na Justiça do Trabalho. Exigida para participação em licitações, celebração de contratos com o poder público e como prova de boa-fé em relações comerciais, a CNDT é um importante instrumento de transparência e fiscalização. Criada pela Lei 12.440/2011, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei de Licitações, a certidão fortalece a cultura de cumprimento das obrigações trabalhistas no país.

Notícias do Executivo

[Luiz Marinho defende igualdade de oportunidades e alerta para impactos da tecnologia nas relações de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/06/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou nesta sexta-feira (27) a importância de alinhar a geração de empregos à valorização do trabalhador e à garantia de direitos. A declaração foi feita durante palestra no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP), como parte do Ciclo de Palestras promovido pelo sindicato, que reuniu representantes de trabalhadores, empresários e parceiros do setor da construção civil.

[Governo, trabalhadores e empregadores alinham ações para a realização da Conferência Nacional do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/06/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, conduziu nesta quinta-feira (26), em Brasília (DF), uma reunião tripartite com representantes do governo federal, das centrais sindicais e das confederações de empregadores para definir o processo de convocação e realização da Conferência Nacional do Trabalho.

[Codefat aprova proposta de R\\$ 130,4 bilhões para o FAT em 2026](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/06/2025

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou, nesta quarta-feira (25), a proposta orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para 2026, no valor de R\$ 130,4 bilhões. Do total aprovado, R\$ 64,4 bilhões serão destinados ao pagamento do Seguro-Desemprego e R\$ 33,7 bilhões ao Abo-

no Salarial. O valor representa um aumento de 8,95% em relação ao orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que é de R\$ 119,7 bilhões.

[Brasil defende trabalho decente e integração regional em reunião de ministros do Mercosul](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/06/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta segunda-feira (23) da Reunião de Ministros e Ministras do Trabalho do Mercosul, que contou com a presença da subsecretária de Relações do Trabalho da Argentina, Claudia Silvana Testa; da ministra do Trabalho, Emprego e Previdência Social do Paraguai, Mónica Recalde de Giacomi; do ministro do Trabalho do Uruguai, Juan Castillo; e do vice-ministro do Trabalho da Bolívia, Gonzalo Zambrana Ávila.

[Governo federal propõe ressarcir este ano todos os aposentados vítimas de descontos indevidos](#)

Ministério da Previdência Social - 25/06/2025

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, participou nesta terça-feira (24) da audiência de conciliação, realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a proposta para o ressarcimento das vítimas de descontos associativos ilegais em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foi proposto um calendário para que todos os aposentados e pensionistas atingidos pelas fraudes sejam ressarcidos até o final do ano, que passará por validação do STF e da Presidência da República.

[Conselho Nacional de Previdência Social se reúne e recebe dados atualizados sobre as filas da Previdência Social](#)

Ministério da Previdência Social - 24/06/2025

O Conselho Nacional de Previdência Social se reuniu nesta terça-feira (24), em Brasília, e entre as pautas estava a atualização de dados sobre benefícios e segurados. Uma das apresentações realizadas mostrou a evolução da fila da perícia médica. Em maio de 2025, havia 956,9 mil requerimentos; em abril, 921,4 mil e, em janeiro deste ano, 709,4 mil pedidos.

[Comissão Tripartite Paritária Permanente define consulta pública para NR 4](#)

Fundacentro - 26/06/2025

Uma consulta pública voltada para a revisão dos graus de risco do Anexo I (Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, com correspondente Grau de Risco – GR) da NR 4 (Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho) será publicada nos próximos dias, conforme decisão da última reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP). O encontro foi realizado nos dias 24 e 25 de junho em Brasília/DF.

[Fundacentro promove curso sobre nova lista de doenças relacionadas ao trabalho e a atuação do SUS na saúde do trabalhador](#)

Fundacentro - 25/06/2025

A Fundacentro realiza, entre os dias 15 e 17 de julho de 2025, das 14h às 18h, o “Curso Básico de SST: A nova lista de doenças e a Saúde do Trabalhador e Trabalhadora no SUS”, no auditório da instituição, situada à rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – SP, e on-line pela plataforma Moodle e com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube.

[Análise de acidentes do trabalho requer métodos aprofundados](#)

Fundacentro - 24/06/2025

Para propor a configuração de um Centro de Estudos voltado a investigar causas de acidentes do trabalho, relatório técnico da Fundacentro analisa as concepções de segurança e métodos sistêmicos de investigação e sua aplicação. O material pode auxiliar profissionais da SST (Segurança e Saúde no Trabalho) a superar criticamente a noção de ato inseguro, de erro humano e de confiabilidade restrita no processo.

[Trabalho noturno e em escalas, impacto na saúde e intervenções são tema de curso](#)

Fundacentro - 23/06/2025

Com todas as vagas preenchidas, Fundacentro encerra as pré-inscrições para o curso livre gratuito “Gestão da Organização do Trabalho em Turnos e Noturno”. A atividade ocorre de 04 de agosto a 17 de setembro de 2025, às segundas e quartas-feiras, das 14h às 18h, ao vivo pelo Google Meet.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT lança cartilha para orientar sindicatos sobre fiscalização trabalhista em contratos com a administração pública](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/06/2025

O Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis) e com o apoio da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (Conap), lançou cartilha orientativa voltada a sindicatos que atuam na defesa de trabalhadores terceirizados em contratos firmados com a administração pública. O material traz orientações práticas com base no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1118 de Repercussão Geral, que trata da responsabilidade subsidiária do poder público em caso de inadimplência de empresas contratadas.

[Liberdade e diversidade no movimento sindical é tema de audiência pública no MPT-PE](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/06/2025

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco realizou, no dia 18 de junho, audiência pública com sindicatos do estado para discutir temas relacionados à liberdade e diversidade no movimento sindical. A condução da sessão foi realizada pela coordenadora regional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (CONALIS), a procuradora do Trabalho Lorena Bravo, pelo coordenador do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) Regional e vice-representante regional da CONALIS, o procurador do Trabalho José Laízio Pinto e a integrante do NUPIA Regional, a procuradora do Trabalho Débora Tito.

[MPT-MS adere à campanha “Você Merece um Amor Leve” e reforça combate à violência contra mulher](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/06/2025

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) oficializou, no último dia 18, sua adesão à campanha “Você Merece um Amor Leve”, durante evento realizado na sede em Campo Grande. A atividade foi promovida pelo Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e marcou um diálogo profundo com as promotoras de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, Clarissa Carlotto Torres e Renata Goya, que compartilharam reflexões sobre o enfrentamento à violência de gênero.

[MPT promove audiência coletiva com o tema “Sindicalismo e diversidade”](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/06/2025

Aconteceu, na última segunda-feira (16), no auditório do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT), em Belém, uma audiência coletiva com o tema “Sindicalismo e diversidade”, promovida pela Coordenadoria Regional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) do MPT PA-AP. O evento reuniu representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA), empresas, sindicatos e associações de classe e de pessoas com deficiência.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Artigo - Segurança no trabalho é um dever de todos nós](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/06/2025

Mesmo fora das datas simbólicas, como o mês de abril, a discussão sobre a saúde e a segurança no trabalho deve permanecer viva e constante. A cada dia, centenas de trabalhadores brasileiros deixam suas casas sem saber se voltarão com saúde – ou se voltarão. Essa realidade não pode ser naturalizada. O trabalho não deve adoecer, mutilar ou matar.

[Conatrae discute aprovação do III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo até agosto](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/06/2025

Em reunião realizada virtualmente, no último dia 18 de junho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae destacou que a previsão para a aprovação do 3º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo é em agosto deste ano. A diretora do SINAIT Vera Jatobá representou a entidade na reunião.

Outras Notícias

[Metalúrgica e assessoria de segurança do trabalho são condenadas por apresentar laudo de risco falso](#)

Consultor Jurídico - 29/06/2025

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma metalúrgica de Cambé (PR), uma empresa de segurança e medicina do trabalho e uma engenheira por apresentarem um inventário de risco fraudado, elaborado sem a devida inspeção do local. Segundo o colegiado, a conduta dos envolvidos indica o total desinteresse em regularizar as instalações de trabalho e os equipamentos de proteção individuais e coletivos e a tentativa de escapar do cumprimento das normas.

[Declaração de pobreza basta para gratuidade na Justiça do Trabalho, defende Fachin](#)

Consultor Jurídico - 27/06/2025

O benefício da Justiça gratuita deve ser concedido a quem recebe salário igual ou inferior a 40% do teto da Previdência (o que hoje significa cerca de R\$ 3,3 mil mensais). E uma das formas válidas para comprovar isso é a alegação de insuficiência de recursos por autodeclaração. Foi o que defendeu o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, em voto apresentado nesta sexta-feira (27/6).

[Direito do Trabalho: negociações coletivas e novas tecnologias](#)

Consultor Jurídico - 27/06/2025

O universo do Direito do Trabalho se alterou profundamente desde as primeiras formas de preocupação com a proteção dos trabalhadores. Atualmente, as transformações são imprevisíveis e incontroláveis e não há lei que possa estabelecer de for-

ma definitiva uma adequação do trabalho às dinâmicas que as novas tecnologias impõem às empresas e aos trabalhadores. Os controles oriundos da lei, já se demonstrou, são superados e ultrapassados em curto espaço de tempo.

[Garantia de emprego da gestante e a proteção à maternidade](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2025

Um assunto extremamente sensível e delicado se refere à estabilidade da empregada gestante. Não obstante as inúmeras lutas por igualdade de gênero, para além dos incentivos à promoção e da própria inserção da mulher no mercado profissional, indubitavelmente as mulheres continuam até hoje a enfrentar discriminação no ambiente corporativo, principalmente num dos momentos mais importante de sua vida que é a maternidade.

[Parte da Justiça do Trabalho vê CLT como única forma de proteção, diz ministra](#)

Consultor Jurídico - 24/06/2025

Por manter uma visão mais tradicional das relações laborais, uma parcela dos magistrados nem sempre aplica os precedentes fixados pelo Supremo Tribunal Federal, postura que acaba se refletindo no número de reclamações constitucionais propostas no STF contra decisões da Justiça do Trabalho.

[Sobre a limitação da condenação aos valores atribuídos na petição inicial](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2025

Tenho visto ampla divulgação a decisão do ministro Alexandre de Moraes, proferida em um processo subjetivo, com efeitos interpartes, nos autos da Reclamação (Rcl) nº 79.034 [1], apresentada como “ampla reforma” e “desconstrução” ao entendimento há muitos anos consagrado, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quando interpretou o artigo 840, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[Empresa é condenada por morte de adolescente em trabalho proibido para menores](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2025

Decisão proferida na 5ª Vara do Trabalho de Santo André (SP) condenou uma empresa de montagem de estruturas metálicas e, solidariamente, outra de peças e acessórios para veículos automotores a pagar indenização por danos materiais e morais aos pais de um trabalhador morto em acidente. À época, o profissional tinha 16 anos e atuava como ajudante de estruturas metálicas, atividade vedada a quem é menor de idade e apontada como uma das piores formas de trabalho infantil, conforme lista aprovada pelo Decreto 6481/2008.

[Juíza valida justa causa de auxiliar grávida por faltas injustificadas](#)

Migalhas - 30/06/2025

A juíza do Trabalho Adriane da Silva Martins, da vara de Sorocaba/SP, reconheceu a justa causa de auxiliar de limpeza grávida que se ausentou do serviço sem justificativa. Para a juíza, houve intenção clara de não retornar ao trabalho, caracterizando abandono de emprego. A trabalhadora alegou que havia pedido demissão por estar grávida e não ter recebido assistência da empresa quando passou mal, além de sofrer intromissões de colegas de trabalho em sua vida pessoal.

[Empregado será indenizado por homofobia: “mataria filho gay”](#)

Migalhas - 29/06/2025

Uma indústria de uniformes foi condenada a pagar R\$ 20 mil a um coordenador de serviços vítima de homofobia no ambiente de trabalho. A decisão é da 1ª turma do TRT da 4ª região, que reconheceu que o supervisor do trabalhador proferia comentários discriminatórios, violando sua dignidade.

[Restaurante indenizará por piadas de chefe sobre sexualidade de empregado](#)

Migalhas - 27/06/2025

TRT da 2ª região manteve sentença que condenou restaurante a indenizar em R\$ 20 mil por danos morais após gerente realizar piadas sobre a orientação sexual de trabalhador. A 8ª turma reconheceu o caráter ofensivo das condutas praticadas pelo superior hierárquico.

[Faxineira terá insalubridade por limpeza de banheiros com alta circulação](#)

Migalhas - 26/06/2025

Faxineira teve o adicional de insalubridade em grau máximo reconhecido por atuar na limpeza de banheiros utilizados por grande número de pessoas. A decisão é da 10ª turma do TRT da 2ª região, que entendeu que o ambiente se equiparava a local de uso coletivo, com exposição contínua a agentes biológicos.

[“Maria mijona”: Grávida impedida de usar banheiro terá rescisão indireta](#)

Migalhas - 26/06/2025

A 2ª turma do TRT da 9ª região reconheceu a rescisão indireta do contrato de uma atendente de telemarketing gestante impedida de usar o banheiro livremente durante o expediente. O colegiado considerou que a restrição configurou falta grave por parte da empregadora, violando a dignidade da trabalhadora. Assim, além das verbas rescisórias devidas, foi fixada indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil.

[Trabalhador haitiano chamado de “Vera Verão” terá rescisão indireta](#)

Migalhas - 26/06/2025

Decisão proferida pela 8ª vara do Trabalho do Fórum da Zona Sul de São Paulo deferiu o pedido de rescisão indireta de contrato de trabalho movido por um empregado, condenando uma empresa do setor de energia também ao pagamento de indenização por danos morais. A condenação decorre da comprovação de tratamento ofensivo e preconceituoso, caracterizado pelo uso de apelidos pejorativos.

[TRT-4 reconhece discriminação em demissão de trabalhadora autista](#)

Migalhas - 25/06/2025

A 10ª turma do TRT da 4ª região ratificou a natureza discriminatória da demissão de uma auxiliar de logística diagnosticada com TEA - Transtorno do Espectro Autista. A decisão unânime manteve a indenização de R\$ 50 mil por danos morais, conforme determinado pela juíza do Trabalho Valdete Souto Severo, da 4ª vara do Trabalho de

Porto Alegre/RS. O montante total da condenação, incluindo outros direitos reconhecidos, alcança o valor provisório de R\$ 100 mil.

[TST: Banco pagará R\\$ 100 mil de dano moral coletivo por etarismo](#)

Migalhas - 24/06/2025

A 3ª turma do TST manteve, por unanimidade, a condenação de banco no Amapá ao pagamento de R\$ 100 mil por dano moral coletivo, devido a conduta discriminatória de um gerente contra uma bancária em razão da idade. Embora originado de uma ação individual, o colegiado reconheceu que a reiteração e a omissão institucional do banco diante das condutas discriminatória conferiram dimensão coletiva.

[Programa Trabalho Seguro chega à 200ª parceria com adesão de construtora civil](#)

Revista Proteção - 24/06/2025

A Lumma Construtora é a mais nova parceira do Programa Trabalho Seguro (PTS) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), tornando-se a 200ª organização a se juntar à iniciativa. A assinatura do termo de adesão ocorreu na segunda-feira (23/6), na sede do Tribunal, em Florianópolis. Participaram do ato o presidente do TRT-SC, desembargador Amarildo Carlos de Lima; o gestor nacional do PTS, representante da Região Sul, desembargador Roberto Guglielmetto; o gestor regional, desembargador Cesar Pasold Jr.; e a coordenadora da 1ª Circunscrição, juíza Maria Aparecida Jerônimo. Representando a empresa, estiveram presentes os cofundadores Gilmar Goulart Maria, também diretor executivo, e Adriana de Valgas David Maria, diretora comercial, além de seu advogado, Carlos Crispim.

[Burnout não é frescura: entenda a exaustão crônica ligada ao trabalho, quais os sintomas e como agir](#)

Revista Proteção - 23/06/2025

Sentir-se tão esgotado a ponto de não conseguir sair da cama, tomar banho ou colocar uma roupa. Ter alterações no sono, no apetite e perceber que nada mais do trabalho parece importar. Esses são alguns dos sinais clássicos do burnout, uma síndrome ocupacional provocada por estresse crônico não gerenciado no ambiente de trabalho.

[Nova nota informativa da OIT destaca disparidade global de gênero de cinco meses nas licenças parentais remuneradas](#)

Organização Internacional do Trabalho - 24/06/2025

Um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela uma lacuna média global de mais de cinco meses entre os direitos de licença parental remunerada de mulheres e homens, e apela à necessidade urgente de eliminar essa disparidade de gênero. A publicação “Closing the Gender Gap in Paid Parental Leave” (Reduzindo a Disparidade de Gênero na Licença Parental Remunerada) inaugura a nova série de relatórios da OIT sobre a economia do cuidados.

[MTE abre consulta pública para modernizar norma sobre trabalho a céu aberto](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/06/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) abriu consulta pública para receber sugestões à proposta de revisão da Norma Regulamentadora nº 21, que trata da segurança e saúde nas atividades realizadas a céu aberto. A iniciativa busca atualizar as diretrizes da norma, incorporando critérios técnicos modernos e medidas específicas diante dos efeitos das mudanças climáticas sobre os trabalhadores expostos a condições ambientais adversas.

[A Iluminação como Fator Essencial para a Segurança no Trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 25/06/2025

A iluminação adequada é fundamental em todos os ambientes e situações de trabalho, seja ela natural ou artificial, geral ou suplementar, e deve ser compatível com a natureza das atividades realizadas. Essa orientação está prevista na Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia, que destaca a importância de proporcionar condições visuais que promovam a segurança, o conforto e a eficiência dos trabalhadores.

[SindusCon-SP lança manual com boas práticas de RH para atrair, reter e valorizar trabalhadores da construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/06/2025

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) lançou no dia 23 de junho a nova edição do Manual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas na Construção Civil. A publicação, voltada a empresários, lideranças e profissionais de recursos humanos, reúne um conjunto de recomendações estruturadas para fortalecer a atração, retenção e valorização da mão de obra no setor. Diante de um cenário marcado pela escassez de trabalhadores qualificados, envelhecimento da força de trabalho e baixa atratividade entre os jovens, o documento propõe soluções concretas para modernizar a gestão de pessoas nas empresas da construção civil. O material foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de RH, vinculado ao Comitê de Tecnologia e Qualidade (CTQ) do SindusCon-SP, com a colaboração de especialistas e consultorias.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.004, DE 30 DE ABRIL DE 2025](#) (DOU de 25/06/2025 Seção I Pág. 141) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Emente: Vale-Transporte. Pagamento em Pecúnia. Não Incidência;

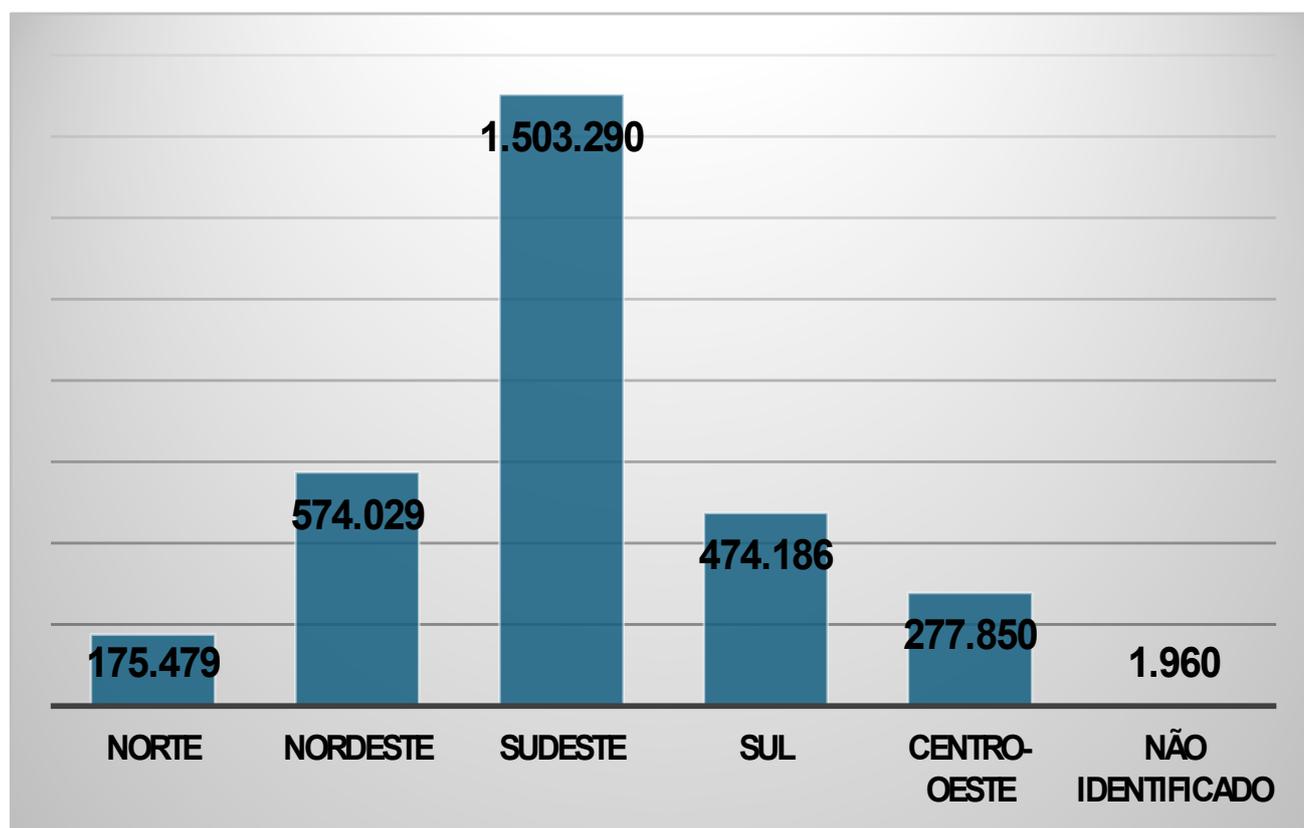
[DECRETO Nº 12.534, DE 25 DE JUNHO DE 2025](#) (DOU de 26/06/2025 Seção I Pág. 02) - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, disposto no Anexo ao Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 96, DE 24 DE JUNHO DE 2025](#) (DOU de 26/06/2025 Seção I Pág. 97) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Ausência de opção mediante pagamento de DARF com código específico ou apresentação de declaração. Opção retroativa mediante retificação da declaração ou DARF. Impossibilidade. Preclusão lógica;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 24 DE JUNHO DE 2025](#) (DOU de 26/06/2025 Seção I Pág. 97) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Contribuições sociais previdenciárias. Serviço de construção civil. Obra de construção civil. Folha de pagamento distinta.

Dados estatísticos do Caged/MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (maio/25):



Fonte: Novo Caged/MTE

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula